

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e quinze, no auditório do hotel IBIS, à rua Barão de Capanema, nº 18-A, Centro, na cidade de Bacabal, Estado do Maranhão, reuniu-se em Assembleia Geral Ordinária o Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, para tratar da seguinte pauta: 1. Informes gerais; 2. Discussão e aprovação da prestação de contas do Sindicato de 2014; 3. Discussão e aprovação das ações semestrais de 2015; 4. Discussão e aprovação da previsão orçamentária para 2015; 5. Informes das ações coletivas ajuizadas; 6. Discussão e deliberação sobre pauta de reivindicações em negociação. 7. Outros Assuntos, tudo em conformidade com o Edital publicado no Jornal "O debate do Maranhão", edição do dia 25 de março de 2015. Conforme determina o Estatuto, Valdeny Barros, Presidente, deu início aos trabalhos às 14h00min, conferindo a lista de presença, em primeira chamada, onde constatou não haver a maioria absoluta dos sindicalizados. Após meia hora, procedeu a nova verificação de presenças, onde constavam vinte e nove assinaturas, obtendo-se o quórum para instalação da Assembléia. Prosseguindo, solicitou ao plenário da Assembléia que escolhesse um sindicalizado para compor a mesa coordenadora dos trabalhos. De pronto foi indicado o servidor Gabriel Victor Santos Leite, o qual passou a secretariar a reunião. Em seguida, passou-se a discussão dos pontos de pauta. No primeiro ponto de pauta, foi informado que esta assembleia em Bacabal objetivava regionalizar as atividades sindicais e promover maior participação dos servidores do interior do estado, bem como a economia de despesas. No segundo ponto da pauta, foi apresentada a prestação de contas de 2014 pela Diretoria e lido o parecer do conselho fiscal pelos conselheiros presentes, que propôs a aprovação com ressalvas. Submentida à votação a aprovação das contas, a assembleia aprovou-as na conformidade do parecer do conselho fiscal. Foi deliberado nesse item da prestação de contas, na ação de convênios, que seria cobrado o débito da APCEF-SAÚDE, criando-se um termo de compromisso de parcelamento de dívidas e quitação. Em seguida, foi aberto o terceiro ponto, com a discussão e aprovação das ações semestrais para 2015. Mantendo-se a prioridade das negociações em torno do plano de cargos, a reforma da sede do sindicato, e as plenárias para eleição dos representantes de base, a campanha pelo fortalecimento do Ministério Público e a articulação nacional dos servidores do MP. Não havendo discordância, a assembleia aprovou o plano de ação. No quarto ponto, foi apresentada a previsão orçamentária para 2015 e, após aberta, a discussão, sem divergência, foi aprovado o plano gastos com de previsão de receitas e despesas para 2015, em anexo a esta ata. No quinto ponto, sobre as ações coletivas ajuizadas, foram apresentadas informações gerais sobre as ações judiciais movidas pelo Sindicato. A ação conhecida como 12%, para os servidores do Ministério Público corresponde ao índice de 6,1%, já que ficou reconhecido pelo Poder Judiciário que naquele ano a categoria já havia sido contemplada com o reajuste de 5,9%. Esta ação teve votação **unânime** a favor da categoria nos embargos infringentes nº 0590172014, julgados no dia 20 de março de 2015. Em relação ao recurso interposto pelo Governo do Estado sobre a ação dos 21,7%, o Sindsemp/MA habilitará seus advogados para atuarem na causa e, desse modo, tomarem as providências necessárias em defesa do percentual, a exemplo de audiências com o ministro relator e sustentação oral em tribuna em Brasília. Foi informado que a implantação dos 21,7% foi em decorrência da decisiva ação da Procuradora Geral de Justiça, visto que já não havia limite pela LRF, para garantir a implantação antes de uma decisão transitada em julgado. A ação contra a incidência de Imposto de Renda e recolhimento para FEPA sobre o terço de férias sofreu um revés, com decisão do STJ negando em pleito idêntico de outra categoria. A ação de execução dos 11,98% prossegue com as execuções individuais, sendo que os atrasos são decorrentes da política adotada em cada uma das 05 diferentes varas da fazenda pública. A Ação do FUNBEM entrará na fase de recolhimento dos contratos e procurações para início dos cálculos para execução individual. No sexto ponto, foi pautado o Plano de Cargos e Carreiras (PCC's), com



CANTUARIA DE AZEVEDO

Registro Civil de Pessoas Jurídicas

"MICROFILME" nº 52959

demonstração do pedido de modificações no Edital de Remoção dos Servidores, feito à Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), no dia 23 de março. Também foi resgatada a posição que a Administração da PGJ assumiu no tocante as negociações em 2015, na qual foi dito aos servidores, no dia 28 de novembro de 2014, que somente após a conclusão da discussão dos 21,7% é que se poderia avançar em outros pontos, isto é, com a implantação dos 21,7% nenhum outro ponto da proposta de revisão do plano de cargos que implique aumento de despesas seria feito, mas que, caso não se conseguisse a implantação do índice dos 21,7 então se passaria a discutir a criação e ampliação de auxílios e outros benefícios. Dito isto, foi submetida a questão à categoria, para deliberação da postura a ser adotada pela Direção do Sindicato, isto é, de se manter aguardando a resolução do problema da implantação dos 21,7 para só depois começar a se demandar os outros pontos da pauta de reivindicação e revisão do PCCS que impliquem aumento de despesa, sendo ao final aprovado este encaminhamento. Não houve inclusão de outros assuntos. Concluída a ordem do dia, foi facultada a palavra aos presentes, não havendo nenhuma manifestação, o coordenador dos trabalhos deu por encerrada a Assembléia e nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ATA, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim, Gabriel Victor Santos Leite, que a redigi e Valdeny Barros, que presidiu os trabalhos.

Bacabal, 28 de março de 2015.

Gabriel Victor Santos Leite
Gabriel Victor Santos Leite

Valdeny Barros
Valdeny Barros





SINDSEMP/MA
Sindicato dos Servidores do Ministério Público
do Estado do Maranhão

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Local: AUDITÓRIO HOTEL IBIS - BACABAL (MA) Data: 28 de MARÇO de 2015

LISTA DE PRESENÇA

CANTUARIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
"ROFILME" 52959

NOME	ASSINATURA	SETOR/COMARCA
JONAS FERNANDES DE OLIVEIRA		Pedra do Pedras
Alcides Nogueira		Bacabal
Dirceu Leite Souza Lima		Alcântara
PATRICIO RIBEIRO FELIX		POÇO DE PEDRAS
LÍRIO MIRANDA		Zé do Ca
Jaizene Castro Silva		Concated
MARCOS PAULO LETER SOARES		ZÉ LOCA
Maranguly Oliveira do Amaral		PINDO DE MIRIM
Roberta Muniz Nascimento		Zé do Ca
JOSE D. RODRIGUES DE MORAES		PAULO RAMOS
Danieli Sampaio de R. Valente		Longo da Rocha
Apollonia dos Reis C. de Souza		Barra
Shirley Nova dos Santos Rodrigues		Bacabal/MA
Berenice Pontes		Bacabal
C. MENSON SILVA		606. FUG. BARRO
Maria Guarnede Soares Roberto Lima		Santa Ines
Alfonso Silva de Mello		Santa Ines
Tealva Carla Raposo		Santa Ines
Wagner Silva Lima		Santa Ines
Andressa M. Amorim		Longo da Rocha
Leandro A. Costa		Bacabal
Marcelo Roberto Amorim		P.O. XT



SINDSEMP/MA
Sindicato dos Servidores do Ministério Público
do Estado do Maranhão

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Local: AUDITÓRIO HOTEL IBIS - BACABAL (MA) Data: 28 de MARÇO de 2015

LISTA DE PRESENÇA

ANTUARIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
"REFILME" 52959

NOME	ASSINATURA	SETOR/COMARCA
GABRIEL VICTOR SANTOS LIMA		32ª PJEDE SÃO LUÍS
Caroline Almeida de Souza Juiz(a) de Direito do Juízo da Família e Sucessões		Parque Franca Vitória do Marim
Henrique L. P. Ferreira VICE-MINISTRO T. MOTA FONTENELE		Parque Franca São Luís
Carlos César Gomes Brandão Vice-Procurador		Parque Franca PJECA-SO LUÍS